

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

CNPJ nº 11.866.604/0001-31

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A OAS Óleo e Gás e Controladas, submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada do relatório do auditor independente.

A Administração

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Ativo Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.547	2.976	75.547	2.466	1.923	2.962	2.471	
Adiantamento a terceiros	6	—	—	6	127	16	127	16	
Impostos a recuperar	183	92	183	92	505	355	505	355	
Outros ativos	3	3	8	6	33	3	33	3	
Total do ativo circulante	75.739	3.071	75.744	3.076	3.131	2.297	3.627	2.845	
Ativo Não Circulante									
Outros ativos Imobilizado	14	19	14	19	591	259	421	—	
Total do ativo não circulante	75	80	75	80	591	259	421	—	
Total do ativo	75.814	3.151	75.819	3.156	75.814	3.151	75.819	3.156	

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total consolidado
	Capital Social	Reserva de capital	Outras reservas	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	95.284	83.606	10.003	20.168	(206.827)	2.234	(27)	2.207
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(1.626)	(1.626)	(46)	(1.672)
Ajuste acumulado de conversão	—	—	(763)	729	21	(13)	(211)	(224)
Realização de conversão na alienação de investimentos no exterior	—	—	(9.240)	(20.621)	29.861	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	(10.003)	(19.892)	28.256	(1.639)	(257)	(1.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	95.284	83.606	—	276	(178.571)	595	(284)	311
Lucro do exercício	—	—	—	—	71.515	71.515	(40)	71.475
Ajuste acumulado de conversão	—	—	—	—	52	(18)	3	(15)
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	—	—	(70)	71.567	(37)	71.460
Saldos em 31 de dezembro de 2021	95.284	83.606	—	206	(107.004)	72.092	(321)	71.771

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Informações gerais:** A OAS Óleo e Gás S.A. ("OAS O&G" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de realizar investimentos no setor de óleo e gás e tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A área de atuação da Companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o afretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga (FPSOs), unidades de tratamento, flóteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, bem como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio. A Companhia, através de cinco empresas domiciliadas na Holanda (Cassino Drilling B.V. - "Cassinio", Comandatuba Drilling B.V. - "Comandatuba", Curumim Drilling B.V. - "Curumim", Itapema Drilling B.V. - "Itapema" e Salinas Drilling B.V. - "Salinas", em conjunto denominadas "SPEs"), todas coligadas a sua subsidiária indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy"), era coproprietária de cinco navios-sonda, em estágio de construção, que foram afretados à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras para a exploração da camada do pré-sal por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 5 anos. Em 6 de julho de 2015, a Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha nas SPEs Cassino, Curumim e Salinas à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPEs. A Companhia também é quotista direta da Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas"), estabelecida no Brasil e criada especificamente para operar esses cinco navios. Em 31 de março de 2015, a controladora indireta da Companhia, METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("METHA"), juntamente com a sua controlada CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) ("CERTHA") controladora direta da Companhia, e outras empresas do Grupo METHA não relacionadas diretamente à Companhia, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontravam, aliado a uma série de outros fatores, dentre os quais foram destacados: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia, (ii) restrição a linhas de crédito, e (iii) antecipação de vencimentos da maior parte de seu endividamento; ajuzaram, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-72.2015.8.26.0100, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. A METHA e suas controladas avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo deferiu o processamento da recuperação judicial da OAS S.A. - Em recuperação judicial e suas controladas em recuperação, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial) Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil. Em 17 de dezembro de 2015, o plano de recuperação foi aprovado em Assembleia Geral de Credores por ampla maioria de votos e foi homologado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Juízo da 1ª Vara de Recuperação. Importante salientar que o plano de recuperação judicial aprovado e homologado prevê a venda da totalidade das ações de emissão da Companhia ora detidas pela CERTHA. Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA. O encerramento da Recuperação Judicial, ocorreu após serem consideradas cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor. A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da empresa, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance. Em setembro de 2021, o Grupo METHA encerrou em definitivo sua Recuperação Judicial. **Coronavírus (COVID-19):** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia. **1.1. Entidades da Companhia:** A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e coligadas consideradas nas informações consolidadas:

Empresas Controladas - consolidadas	Participação no capital social			
	País	31/12/2021		
		Direta	Indireta	Direta Indireta
OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas")	Áustria	100,00%	— 100,00%	—
Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy")	Áustria	— 89,00%	—	89,00%
Coliaadas (método de equivalência patrimonial)				
Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas")	Brasil	20,00%	—	20,00%
Comandatuba Drilling B.V. ("Comandatuba")	Holanda	— 22,25%	—	22,25%
Itapema Drilling B.V. ("Itapema")	Holanda	— 22,25%	—	22,25%

1.2. Acordo de Leniência - Grupo METHA: A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. **1.3. Acordo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (CADE):** Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica): Até 31 de dezembro de 2021, a Construtora COESA S.A. (atual denominação da Construtora OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("Construtora COESA") celebrou, no total, cinco Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 226.343 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic. Considerando que as obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA, o saldo provisionado pela controladora indireta da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 677.976. **1.4. Reestruturação societária da METHA:** Em maio de 2021, a controladora METHA, com o objetivo de adequar seu planejamento estratégico, restringiu sua participação em determinados negócios

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	8	(6.379)	(678)	(6.825)	(1.172)
Outras receitas (despesas), líquidas	8	78.890	—	78.890	—
Despesas operacionais	—	72.511	(678)	72.065	(1.172)
Lucro (prejuízo) antes da provisão para perda em investimento, receitas (despesas) financeiras	—	72.511	(678)	72.065	(1.172)
Provisão para perda em investimento	4	(849)	(469)	(421)	—
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	—	71.662	(1.147)	71.644	(1.172)
Receitas financeiras	—	1.373	731	1.373	731
Despesas financeiras	—	(1.520)	(1.210)	(1.520)	(1.210)
Resultado financeiro, líquido	9	(147)	(479)	(147)	(479)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	—	71.515	(1.626)	71.497	(1.651)
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	(22)	(21)
Corrente	—	—	—	(22)	(21)
Lucro (prejuízo) do exercício	—	71.515	(1.626)	71.475	(1.672)
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos:					
Acionistas controladores	—	71.515	(1.626)	71.515	(1.626)
Acionistas não controladores	—	—	—	(40)	(46)
	—	71.515	(1.626)	71.475	(1.672)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) do exercício	71.515	(1.626)	71.475	(1.672)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior, líquido	(18)	(13)	(15)	(224)
Total do resultado abrangente do exercício	71.497	(1.639)	71.460	(1.896)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores	—	—	71.497	(1.639)
Acionistas não controladores	—	—	(37)	(257)
	—	—	71.460	(1.896)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	—	71.515	(1.626)	71.497	(1.651)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ao fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Provisão para perda em investimento	4	849	469	421	—
Depreciação e amortização	8	5	5	5	5
Reversão impairment	8	(78.890)	—	(78.890)	—
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos	—	822	258	822	258
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Impostos a recuperar	(91)	—	12	(91)	—
Adiantamento a terceiros	(6)	—	—	(6)	—
Outros ativos	—	(24)	—	(2)	11
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	(279)	—	421	(331)	540
Salários, provisões e contribuições sociais	—	111	(7)	111	(7)
Tributos e contribuições a recolher	—	150	103	571	82
Outros passivos	—	30	(3)	30	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	—	(5.784)	(392)	(5.863)	(781)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aporte em investidas	4	(535)	(363)	—	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	—	(535)	(363)	—	—
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Recebimento de carta fiança/crédito com partes relacionadas	5	78.890	—	78.890	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	—	78.890	—	78.890	—
Efeito de variação na taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	—	—	(276)	(458)	(248)
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	—	72.571	(1.031)	72.569	(1.029)
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	3	2.976	4.007	2.978	4.007
No final do exercício	3	75.547	2.976	75.547	2.978
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	—	72.571	(1.031)	72.569	(1.029)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização. c) **Investimentos e base de consolidação:** *Investimentos em empresas controladas:* Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de preparação das demonstrações contábeis individuais. A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no resultado das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica de "Participação de não controladores". As controladas diretas e indiretas localizadas no exterior foram consolidadas utilizando-se demonstrações contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia e elaboradas na mesma data-base de apresentação da controladora. *Investimentos em empresas coligadas:* Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas não detém o controle. Os investimentos em empresas coligadas são reconhecidos no ativo não circulante e como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa. d) **Tributação:** Calculados em conformidade com a legislação em vigor. As controladas da Companhia não estão em operação, portanto, não há expectativa de geração de lucro nos períodos próximos, razão pela qual não foram apurados impostos correntes e/ou diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. e) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que gere benefícios econômicos futuros em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. f) **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** A política de reconhecimento de provisões da Companhia e de suas controladas é de reconhecer provisão para eventuais obrigações que estejam sendo discutidas em causas cíveis, tributárias e trabalhistas com base na probabilidade de perda, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não identificou nenhuma contingência com probabilidade de **continua** →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	% participação		Quantidade de ações									
			Ordinárias		Preferenciais A		Preferenciais B		Total		Valor total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Acionistas	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Certha	61%	61%	4.643.884	4.643.884	198.539	198.539	3.228.283	3.228.283	8.070.706	8.070.706	88.890	88.890
FI-FGTS	39%	39%	1.309.916	1.309.916	1.786.061	1.786.061	2.063.983	2.063.983	5.159.960	5.159.960	6.394	6.394
	100%	100%	5.953.800	5.953.800	1.984.600	1.984.600	5.292.266	5.292.266	13.230.666	13.230.666	95.284	95.284

O FI-FGTS é um fundo de investimento criado por autorização da Lei nº 11.491/2007, administrado pela Caixa Econômica Federal, e que tem o FGTS como seu único cotista. Seu objetivo é proporcionar a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos em investimentos nos setores de rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento. b) Política de distribuição de dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 0,01% do lucro líquido do exercício. Tendo em vista que a Companhia não possui lucro acumulado até o exercício de 2021, não foram pagos dividendos mínimos obrigatórios. **8. Demonstração do resultado por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(324)	(408)	(324)	(388)
Gerais	(59)	(3)	(62)	(3)
Terceiros (b)	(5.987)	(190)	(6.429)	(702)
Depreciação e amortização	(5)	(5)	(5)	(5)
Impostos e taxas	(4)	(72)	(5)	(74)
Reversão impairment (a)	78.890	—	78.890	—
Total	72.511	(678)	72.065	(1.172)
Despesas operacionais	72.511	(678)	72.065	(1.172)

a) Trata-se de reversão de impairment sobre as notas promissórias pro soluto, conforme mencionado na Nota 5; b) A variação dos exercícios entre 2021 e 2020, decorre do ganho sobre êxito no processo da carta fiança, Nota 5. **9. Resultado financeiro, líquido:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	842	492	842	492
Variação monetária/cambial ativa	523	237	523	237
Outras receitas financeiras	8	2	8	2
	1.373	731	1.373	731
Despesas financeiras				
Variação monetária/cambial passiva	(1.345)	(495)	(1.345)	(495)
Comissões e despesas bancárias	(175)	(715)	(175)	(715)
	(1.520)	(1.210)	(1.520)	(1.210)
Total	(147)	(479)	(147)	(479)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da **OAS Óleo e Gás S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OAS Óleo e Gás S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **OAS Óleo e Gás S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Transferência de controle de investidas:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 4 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a controladora indireta Seaworthy Investments GmbH ("Seaworthy") celebrou contrato de compra e venda com a Sete Intenational One GmbH, alienando a totalidade das ações de emissão das Entidades Cassino Drilling B.V., Curumim Drilling B.V. e Salinas Drilling B.V. Até 31 de dezembro de 2021, a Sete Intenational One GmbH não havia liquidado suas obrigações financeiras decorrentes dos contratos de compra e venda. A diretoria da controladora indireta Seaworthy realizou uma provisão para perda de todo o saldo a receber. Adicionalmente, em 30 de outubro de 2015, a Sete Intenational Two GmbH se comprometeu a adquirir a totalidade das ações das coligadas indiretas Comandatuba Drilling B.V. e Itapema Drilling B.V. detidas pela controladora indireta Seaworthy, desde que obtidas determinadas anuências de terceiros. Até 31 de dezembro de 2021, a transferência de propriedade das coligadas indiretas Comandatuba Drilling B.V. e Itapema Drilling B.V. para a Sete Intenational Two GmbH não foi concluída. Dessa forma, em funções das limitações que envolvem as discussões em andamento, não foi possível concluir sobre a correta apresentação e mensuração dos respectivos saldos de contas a receber e investimentos no ativo, passivos relacionados e patrimônio líquido na controladora indireta Seaworthy, bem como determinar eventuais efeitos sobre as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

Ajustes de exercícios anteriores: Durante o exercício de 2021, a diretoria da Companhia identificou ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ (416), que foram contabilizados no resultado do exercício corrente em contrapartida à conta de provisão para perdas em investimentos no passivo. As práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas de forma a refletir a referida correção. A diretoria da Companhia não efetuou os ajustes de forma retrospectiva, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e esse efeito está apresentado indevidamente no resultado do exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2021. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou com prejuízos acumulados de R\$ (107.004). Esse cenário deve-se basicamente aos assuntos descritos nas Notas Explicativas nº 1 e 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a Companhia divulga que: (i) todos os contratos relativos a atividade operacional da Companhia foram suspensos em virtude do processo de recuperação judicial de seu cliente; e (ii) que sua controladora indireta METHA S.A. (atual denominação da OAS S.A. - Em Recuperação Judicial) ("METHA"), juntamente com sua controladora direta CERTHA Investimentos S.A. (atual denominação da OAS Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial) ("CERTHA") e outras empresas do Grupo METHA não relacionadas diretamente à Companhia, entraram em recuperação judicial em 31 de março de 2015 e tiveram seu plano de recuperação judicial homologado em 27 de janeiro de 2016. Em decisão proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS). O encerramento da recuperação judicial compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo METHA no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Ainda, seus efeitos positivos dependerão do sucesso das próximas ações que representam eventos futuros, os quais, nesse momento, não há como prevê-los. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo METHA. Desta forma, a continuidade operacional da Companhia, depende do sucesso da implementação das ações operacionais das suas controladoras, direta e indireta, após o fim do processo de Recuperação Judicial, bem como das definições futuras quanto ao processo de incorporação das investidas OAS Oil and Gas GmbH e Seaworthy Investments GmbH que está em andamento. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Ênfases: Acordo global - Órgãos públicos (processo de investigações em andamento)** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 e 1.3 às demonstrações contábeis individuais e

10. Gestão de risco financeiro: As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A tesouraria corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez, taxa de juros e de fluxo de caixa. A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Diretoria, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, com fins especulativos. Os principais riscos financeiros aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3	75.547	2.976	75.547

Para mitigar esses riscos, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas por agências classificadoras de riscos (*rating*) e que estejam entre as mais bem conceituadas instituições financeiras do país. A Companhia mantém mais de 90% das suas aplicações financeiras junto à Caixa Econômica Federal. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade, por exemplo, de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem empréstimos e financiamentos. Também não possuem aplicações financeiras (equivalentes de caixa) em taxas prefixadas; somente atreladas a taxas de juros flutuantes (Nota 3). **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco é oriundo da possibilidade de, por exemplo, a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados em outras moedas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um saldo de contas a pagar em moeda estrangeira no valor de R\$ 4.297 e em contrapartida um valor aplicado no fundo CAIXA FIC CAMBIAL no montante de R\$ 1.076. **11. Eventos subsequentes:** Não foram identificados eventos subsequentes relevantes que possam ter efeito nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria	
Contadora: Valquíria Aparecida das Dores Batista - CRC 1SP 256849/O-0	

consolidadas, e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, que envolvem ex-executivos e empresas do Grupo METHA. O referido grupo assinou acordos com órgãos públicos se comprometendo a pagar os montantes de R\$ 1.929.257 mil e R\$ 226.343 mil como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. A diretoria, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos firmados pelo Grupo METHA, não deverão afetar significativamente a Companhia. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia nos atos ilícitos que abrangem suas controladoras, direta e indireta, não foram consideradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 12 de janeiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0 - S - SP



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>